

Instituto Nacional do Seguro Social

INSS

Analista do Seguro Social

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

Volume I

JN002-NO-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Analista do Seguro Social

Atualizada até 02/2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Noções de Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto

Direito Constitucional - Profº Ricardo Razaboni

Direito Administrativo - Profª Bruna Pinotti

Legislação Previdenciária - Profº Fernando Zantedeschi

Legislação da Assistência Social, Saúde do(a) Trabalhador(a) e da Pessoa com Deficiência - Profº Rodrigo Gonçalves e Profª Bruna Pinotti

Conhecimentos Específicos - Profª Silvana Guimarães

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Aline Carvalho

Roberth Kairo

Josiane Sarto

DIAGRAMAÇÃO

Higor Moreira

Dayverson Ramon

Rodrigo Bernardes

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.....	01
Tipologia textual.....	08
Ortografia oficial.....	09
Acentuação Gráfica.....	14
Emprego e reconhecimento das classes de palavras; formação de palavras; flexão de gênero e número; modos e tempos verbais.....	17
Emprego do sinal indicativo de crase.....	20
Sintaxe da oração e do período; termos essenciais, acidentais e integrantes da oração; concordância nominal e verbal.....	23
Pontuação.....	33
Figuras de linguagem.....	37
Significação das palavras.....	41
Redação de correspondências oficiais (conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	44

RACIOCÍNIO LÓGICO

Problemas de raciocínio lógico envolvendo os seguintes assuntos: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; tautologias; proposições; teoria dos conjuntos; análise combinatória; noções de estatística e probabilidade.....	01
--	----

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos de Internet e intranet; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática.....	01
Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações utilizando-se a suíte de escritório LibreOffice.....	10
Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows 7 e 10.....	31
Noções básicas de ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico.....	37
Noções básicas de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.....	41

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios fundamentais.....	01
Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos.....	02
Organização do Estado. Organização político-administrativa. União. Estados Federados. Municípios. Distrito federal e dos Territórios. Administração Pública. Servidores públicos.....	16
Ordem Social. Disposição geral. Seguridade Social. Disposições gerais. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Educação. Família, da criança, do adolescente e do idoso. Índios.....	32

SUMÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública como função do Estado.....	01
Princípios constitucionais explícitos e implícitos da administração pública.....	04
A reforma do Estado brasileiro e de seu aparelho.....	08
Administração direta (órgãos públicos: conceito, espécies, regime); administração indireta: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas. Principais características de cada e regimes jurídicos. O regime das subsidiárias.....	09
Poder regulamentar.....	19
Regulamentos administrativos de execução e autônomos.....	20
Poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação.....	20
Ato administrativo. Conceito. Regime jurídico. Espécies.....	21
Elementos e requisitos.....	24
Vícios dos atos administrativos.....	25
Principais classificações dos atos administrativos.....	28
Procedimento administrativo. Fundamentos constitucionais.....	29
Contratos, consórcios e convênios.....	40
Licitações. Conceito e modalidades.....	52
Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Regras Deontológicas. Principais deveres do servidor público. Vedações ao servidor público. Comissões de Ética.....	86
Regime Jurídico Único. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Direitos e vantagens. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar. 6.5 Seguridade social do servidor.....	86
Contratação temporária de excepcional interesse público.....	86
Decreto nº 1.171/1994 e Decreto nº 6.029/2007.....	90
Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores.....	107

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Finalidade e princípios básicos da Previdência Social.....	01
Regime Geral de Previdência Social. Segurados obrigatórios. Filiação e inscrição. Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. Trabalhadores excluídos do Regime Geral.....	03
Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário.....	03
Financiamento da Seguridade Social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico e do produtor rural. Salário-de-contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. Limites mínimos e máximos.....	11
Competência do INSS e da Secretaria da Receita Federal.....	17
Parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social.....	18
Restituição e compensação de contribuições.....	19
Infrações à legislação previdenciária.....	20
Recurso das decisões administrativas.....	22
Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, Serviço Social, Reabilitação Profissional, Justificação Administrativa, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios.....	03
Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado.....	23
Lei nº 8.212/1991 e alterações posteriores.....	24
Lei nº 8.213/1991 e alterações posteriores.....	30
Decreto nº 3.048/1999 e alterações posteriores.....	35
Plano Simplificado de Previdência Social.....	46

LEGISLAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A) E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 e alterações. Definições e Objetivos. Princípios e diretrizes. Organização e gestão. Benefícios, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social. Financiamento da Assistência Social.....	01
Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Análise situacional. Política Pública de Assistência Social. Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	10
Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012. Justificativa da Norma Operacional Básica do SUAS. Tipos e níveis de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Instrumentos de gestão. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação. Financiamento. Regras de transição.....	21
Benefício de prestação continuada e do beneficiário – Decreto nº 6.214/2007 e alterações. Habilitação, concessão, manutenção, representação e indeferimento. Gestão. Monitoramento e da avaliação. Defesa dos direitos e controle social. Suspensão e Cessação.....	47
Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003 e alterações. Disposições preliminares. Direitos Fundamentais. Medidas de Proteção. Política de Atendimento ao Idoso. Acesso à Justiça e alterações.....	55
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 e alterações. Disposições preliminares. Direitos fundamentais. Prevenção. Parte especial. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho Tutelar. Acesso à Justiça. Crimes e Infrações Administrativas.....	58

SUMÁRIO

Aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – Lei Complementar nº 142/2013. Definição da pessoa com deficiência. Condições de concessão. Gradação da deficiência. Cálculo da renda da aposentadoria da pessoa com deficiência.	72
Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (a ser adotado simultaneamente com a Convenção) e alterações.	73
Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidades e Saúde da Organização Mundial de Saúde – CIF. Histórico. Objetivos da CIF. Propriedade da CIF. Visão geral dos componentes da CIF. Modelos de funcionalidade e de incapacidade. Usos da CIF.	89
Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Definições, princípios e diretrizes. Objetivos. Estratégias. Responsabilidades. Avaliação e Monitoramento. Financiamento.	99
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Definições e disposições gerais. Igualdade e não discriminação. Atendimento prioritário. Direitos fundamentais. Direito à vida. Direito à habilitação e a reabilitação. Direito à saúde. Direito à educação. Direito à moradia. Direito ao trabalho. Direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; Direito ao transporte e à mobilidade. Acessibilidade.	109

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SERVIÇO SOCIAL: Serviço Social como profissão; Dimensão histórica e teórico-metodológica; Concepção, gênese e institucionalização do Serviço Social no mundo e no Brasil.	01
Significado social da profissão; O(a) assistente social na divisão sociotécnica do trabalho; O movimento de reconceitualização na América Latina, em particular no Brasil.	14
A renovação profissional: vertente modernizadora, a vertente da reatualização do conservadorismo e a vertente da intenção de ruptura; Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos.	17
Questão social e suas manifestações na contemporaneidade; O Serviço Social na contemporaneidade; Movimentos sociais contemporâneos; Mudanças no mundo do trabalho e as suas repercussões no trabalho profissional do(a) assistente social..	21
Regulamentação do exercício profissional – Lei nº 8.662/1993 e alterações; Dimensão técnico-operativa; Proposta de intervenção na área social: planejamento, planos, programas, projetos e atividades de trabalho.	26
Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes e com famílias, atuação na equipe multidisciplinar e profissional (relacionamento e competências), visitas domiciliares e institucionais. Pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre Assistente Social e outros profissionais.	33
Resolução CFESS nº 557 de 15 de setembro de 2009.	44
Uso de recursos institucionais e comunitários.	45
O Serviço Social na Previdência Social; Trajetória histórica.	47
Artigo 88 e 89 da lei nº 8.213/1991.	53
Ações profissionais: socialização das informações, fortalecimento do coletivo, assessoria e consultoria.	53
Instrumentos técnicos: pesquisa social, parecer social; e avaliação social para concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC e da Aposentadoria da Pessoa com Deficiência.	57
(Portaria Interministerial MDS/INSS nº 02 de 30 de março de 2015 – DOU 19 de Abril de 2015 e Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MOG/AGU nº 1, de 27 de Janeiro de 2014 – DOU de 30/01/2014).	57
Dimensão ético-política; Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, e alterações.	57
O projeto ético-político do Serviço Social e suas implicações no agir profissional; Projeto profissional – rumos éticos e políticos do trabalho profissional na contemporaneidade.	59

SUMÁRIO

Estado, Políticas Públicas e Direitos Sociais no Brasil; Estado: Conceito e mudanças na organização do Estado moderno. Estado e governo. Dominação racional legal com quadro burocrático. Os quadros e meios administrativos do Estado; O Estado de Bem-estar social e cidadania. As crises do Estado de Bem-estar social. A noção de cidadania regulada, no Brasil; As diferentes conceituações de políticas públicas. O processo de elaboração de políticas no Estado moderno; Regimes políticos. Principais correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais. Principais correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, socialismo e comunismo. Neoliberalismo, contexto político e econômico atual.....	68
Mobilização, organização e participação social nos processos de gestão das instituições estatais: conselhos de direitos, conferências e outros fóruns. Mecanismos legais e institucionais de ampliação, diversificação e garantia de direitos individuais, coletivos e difusos.....	78
Políticas e os Programas da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social (organização, gestão, financiamento, reformas e controle social). Política de Educação e trabalho e emprego, no Brasil.....	83
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher)...	113
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e atualizações; Título I – Dos Princípios Fundamentais; Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Título VIII Da Ordem Social; Capítulo I e II.....	123
Realidade Social Brasileira; Lutas de classes. Desigualdades econômicas e sociais. Debate sobre as causas da desigualdade brasileira. Multidimensionalidade da desigualdade e pobreza. Discriminação e pobreza.....	138
Desenvolvimento urbano brasileiro: o crescimento das cidades e os desafios urbanos. Questão rural e fundiária; Dinâmica e estrutura demográfica do Brasil. Mudança no perfil demográfico. Impactos das mudanças demográficas nas políticas sociais.....	142

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SERVIÇO SOCIAL: Serviço Social como profissão; Dimensão histórica e teórico-metodológica; Concepção, gênese e institucionalização do Serviço Social no mundo e no Brasil.....	01
Significado social da profissão; O(a) assistente social na divisão sociotécnica do trabalho; O movimento de reconceitualização na América Latina, em particular no Brasil.....	14
A renovação profissional: vertente modernizadora, a vertente da reatualização do conservadorismo e a vertente da intenção de ruptura; Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos.....	17
Questão social e suas manifestações na contemporaneidade; O Serviço Social na contemporaneidade; Movimentos sociais contemporâneos; Mudanças no mundo do trabalho e as suas repercussões no trabalho profissional do(a) assistente social.....	21
Regulamentação do exercício profissional – Lei nº 8.662/1993 e alterações; Dimensão técnico-operativa; Proposta de intervenção na área social: planejamento, planos, programas, projetos e atividades de trabalho.....	26
Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes e com famílias, atuação na equipe multidisciplinar e profissional (relacionamento e competências), visitas domiciliares e institucionais. Pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre Assistente Social e outros profissionais.....	33
Resolução CFESS nº 557 de 15 de setembro de 2009.....	44
Uso de recursos institucionais e comunitários.....	45
O Serviço Social na Previdência Social; Trajetória histórica.....	47
Artigo 88 e 89 da lei nº 8.213/1991.....	53
Ações profissionais: socialização das informações, fortalecimento do coletivo, assessoria e consultoria.....	53
Instrumentos técnicos: pesquisa social, parecer social; e avaliação social para concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC e da Aposentadoria da Pessoa com Deficiência.....	57
(Portaria Interministerial MDS/INSS nº 02 de 30 de março de 2015 – DOU 19 de Abril de 2015 e Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MOG/AGU nº 1, de 27 de Janeiro de 2014 – DOU de 30/01/2014).....	57
Dimensão ético-política; Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, e alterações.....	57
O projeto ético-político do Serviço Social e suas implicações no agir profissional; Projeto profissional – rumos éticos e políticos do trabalho profissional na contemporaneidade.....	59
Estado, Políticas Públicas e Direitos Sociais no Brasil; Estado: Conceito e mudanças na organização do Estado moderno. Estado e governo. Dominação racional legal com quadro burocrático. Os quadros e meios administrativos do Estado; O Estado de Bem-estar social e cidadania. As crises do Estado de Bem-estar social. A noção de cidadania regulada, no Brasil; As diferentes conceitualizações de políticas públicas. O processo de elaboração de políticas no Estado moderno; Regimes políticos. Principais correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais. Principais correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, socialismo e comunismo. Neoliberalismo, contexto político e econômico atual.....	68
Mobilização, organização e participação social nos processos de gestão das instituições estatais: conselhos de direitos, conferências e outros fóruns. Mecanismos legais e institucionais de ampliação, diversificação e garantia de direitos individuais, coletivos e difusos.....	78
Políticas e os Programas da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social (organização, gestão, financiamento, reformas e controle social). Política de Educação e trabalho e emprego, no Brasil.....	83
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher).....	113
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e atualizações; Título I – Dos Princípios Fundamentais; Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Título VIII Da Ordem Social; Capítulo I e II.....	123
Realidade Social Brasileira; Lutas de classes. Desigualdades econômicas e sociais. Debate sobre as causas da desigualdade brasileira. Multidimensionalidade da desigualdade e pobreza. Discriminação e pobreza.....	138
Desenvolvimento urbano brasileiro: o crescimento das cidades e os desafios urbanos. Questão rural e fundiária; Dinâmica e estrutura demográfica do Brasil. Mudança no perfil demográfico. Impactos das mudanças demográficas nas políticas sociais.....	142

SERVIÇO SOCIAL: SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ; DIMENSÃO HISTÓRICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA ; CONCEPÇÃO, GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL.

ASSISTENCIALISMO

Em algumas de suas expressões, o assistencialismo é agregado a uma dimensão espiritual.

O assistencialismo é visto como uma técnica voluntária e espontânea de doação, ajuda ou favorece às populações menos favorecidas, uma ação filantrópica, na qual se procura proporcionar uma vinculação dos assistidos aos que realizaram tal benfeitoria sob o sentimento de gratidão, vínculo e tutela. Ao ser desenvolvido pelo Estado, suas ações visam à retribuição por parte dos assistidos, perdendo a intenção de ser um direito, devendo ser retribuído eleitoralmente.

O assistencialismo parte de uma concepção do senso comum, sem profissionalização, para o qual as ações tidas como de "assistência" não são compreendidas ou entendidas como um direito social e um dever do Estado, mas sim como uma prática paternalista e burocrática, reduzindo os serviços e ações prestadas a repasses e concessões apenas. Essa ação não é percebida muitas vezes pelos indivíduos, pois eles se veem como um objeto de determinada ação e não mais como seres sociais, dotados de capacidades e valores.

As ações assistenciais expressam, portanto, uma forma de acessar um determinado bem, expressão da bem-estar, através da doação intencional, que estabelece uma relação que apresenta duas pessoas ou partes distintas: um doador e um receptor. Essa relação, mesmo que permeada de boas intenções, acarreta a dependência, pois a relação de apadrinhamento pressupõe uma dívida, um devedor que mesmo em longo prazo deverá pagar sua dívida.

Em síntese nas práticas assistenciais, a necessidade se constitui em um objeto de ajuda, em uma dificuldade a ser eliminada, num problema a ser resolvido, sem finalidade.

Esse conceito busca justificar a criação de serviços e instituições, pois se verifica na ajuda a melhor forma de realizar certa benfeitoria. Tem-se como instituições criadas durante esse período as casas de apoio, asilos, albergues, orfanatos, criados como forma de eliminar algumas demandas sociais por meio de ações do Estado ou mesmo dos serviços ou instituições privadas, sem apresentarem o caráter de dever ou de inclusão, apenas como forma e meio de apaziguar situações que demonstravam alguma disfunção a ordem social vigente.

Desses assistidos esperava-se a submissão e dependência, a sua não articulação ou organização, era pretendida apenas sua dominação e subordinação.

Alguns filósofos da antiguidade, tais como Aristóteles, Platão, Sêneca e Cícero, refletiram sobre as ações assistencialistas e, através de seus estudos verificaram a necessidade de propor uma racionalização a essas ações. São Tomás de Aquino (1224-1274) organizou a doutrina

cristã, situando a caridade como um de seus pilares. No século XVII, São Vicente de Paulo, na França, trouxe de volta o modelo de confraria para o assistencialismo. Com a Revolução Francesa, a base da assistência foi deslocada, sendo posicionada como um direito do cidadão e um dever de todos de prestá-la.

Os teóricos clássicos (séculos XVII e XVIII) acreditavam que os homens são movidos por paixões que provocam desejos materiais que poderiam possibilitar conflitos entre eles. Consideravam que o poder não nascia do homem e sim de Deus e, portanto, a vontade divina deveria ser a base de todos os direitos. Nessa concepção, surge a necessidade do Estado controlar e atender ao bem comum.

Os clássicos consideravam que o homem vive em competição pela honra e pela dignidade, está em constante processo de comparação e sempre se julga mais capaz de exercer o poder público do que os que estão no poder. Essas concepções geram conflitos que podem ameaçar a paz.

Da Idade Média até o século XIX, a assistência era encarada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição. A assistência aqui é o assistencialismo, pois ainda havia uma confusão entre estes conceitos.

Essa busca de acesso aos bens de consumo coloca o indivíduo em constante conflito entre o espaço que ocupa na sociedade e o que deseja alcançar, provocando uma busca por acumulação de bens. Tal comportamento pode ter por consequência imediata o aumento da violência, a complacência com a guerra e a morte.

O sistema capitalista implica convivência constante com a distribuição de renda desigual e a moral judaico-cristã de caridade e distribuição de bens. Essa contradição é abrandada pela representação coletiva de que, se o indivíduo se esforçar, terá condições de acumular bens e melhorar sua condição social, implicando uma busca constante de bens materiais, que acirra o espírito competitivo, necessário à manutenção do sistema.

Nesse contexto, o assistencialismo surge como uma possibilidade de abrandar conflitos, uma vez que desperta o sentimento de gratidão. A relação de benemerência vincula o assistido ao benemérito, seja ele público ou privado, abrandando assim os conflitos, uma vez que o indivíduo passa a perceber o explorador como benfeitor. Tal prática dificulta a percepção das políticas de assistência como um direito do cidadão e um dever do Estado.

As primeiras formas de assistencialismo no Brasil

A história do assistencialismo no Brasil se confunde com a própria organização do estado brasileiro, ao nos reportarmos com a primeira organização geográfica, as capitanias hereditárias, verificamos que, conforme um decreto de Dom João III, o rei de Portugal estabeleceu que o Brasil fosse dividido em quinze grandes áreas geográficas que seriam administradas por doze famílias portuguesas e que estas terras continuariam a pertencer a Portugal. Além disso, essas famílias teriam direitos, amplos poderes e poucos deveres, e, em contrapartida, o rei teria a garantia da colonização sem precisar fazer

investimentos, já que sua maior preocupação era com o comércio nas Índias. Através deste processo, garantir-se-ia a submissão à coroa portuguesa.

Por outro lado, a população nativa brasileira jamais teria direito a qualquer terra. Os senhores feudais, que eram donos absolutos da terra e de tudo que ela produzisse, ofereciam favores aos trabalhadores das terras, o que era considerado como caridade e não como uma forma de trabalho.

O assistencialismo continua durante o período da escravidão, quando os senhores tinham poder absoluto sobre os escravos, sendo estes sua propriedade privada. Utilizava-se de meios como a prática religiosa obrigatória, por meio da qual os escravos frequentavam as capelas e eram obrigados a servir a fé religiosa católica. Tal atitude era apresentada como uma forma de justificar o direito às torturas e aos maus-tratos. Os escravos eram obrigados a se adequar à realidade de seus senhores, apropriando-se de sua cultura, hábitos, crença e religião. Apesar de não serem remunerados por suas atividades, os escravos muitas vezes recebiam presentes, que eram importantes para preservação da imagem de bondade dos patrões.

O processo não foi diferente nas relações de produção agrícola, em que imigrantes e nativos eram explorados, não recebiam salários dignos e tinham vinculação de consumo na própria fazenda. Para manter esta situação, os detentores do poder pagavam o salário, que mal dava para os empregados manterem-se, forneciam crédito como uma forma de preocupação e assistência, além de relações de apadrinhamento que causavam dependência e falsa sensação de aceitação do empregado no seio da família do patrão. Essas situações e esses pequenos presentes serviam para abrandar conflitos e revoltas trabalhistas.

As práticas assistencialistas, mesmo com a evolução do contexto histórico brasileiro, continuaram. Já no início do processo de industrialização, exatamente no governo de Getúlio Vargas, manobras assistencialistas permeavam a administração, vista a ampliação da classe trabalhadora devido a essa mesma industrialização. Nesse período, foram criadas as legislações trabalhistas, pois se verificou que não se poderia atenuar os conflitos sociais apenas pela a força. Criou-se desse modo, um pacto, pacto de natureza populista, com uma mentalidade de direito. O direito, nesse caso, era expresso através da doação de bens e benefícios, a fim de evitar a revolta dos trabalhadores.

Esse pacto consistia na oferta gratuita de direitos trabalhistas em troca da passividade dos trabalhadores enquanto classe, impedindo a luta por direitos, abafando suas lutas, além de passar a imagem de Getúlio como um presidente comprometido com o povo. Porém, esse pacto, mesmo na forma de uma política ou legislação, não rompia com o caráter assistencialista impresso nessas ações, pois elas nada mais eram do que uma forma de atenuar os conflitos entre as classes sociais.

Acredita-se que uma das mais expressivas formas de assistencialismo expressas no Brasil se deu a partir da criação, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência – LBA, no governo Vargas, sob a influência de Darcy Vargas e com uma roupagem do primeiro damismo, sendo o primeiro damismo a institucionalização do assistencialismo na figura da mulher do governante.

Tal ação assistencialista perdura até os dias atuais, porém com uma nova feição. Tem-se em todo Brasil os “Fundos de Solidariedade” que nada mais são do que uma LBA sob uma nova roupagem. Os Fundos proporcionam, até os dias de hoje – mesmo com todo o evoluir das políticas sociais públicas –, o assistencialismo nu e cru. Muitas instituições políticas e partidárias se utilizam desse como forma de arrebatar votos, voltando às velhas práticas.

Com esse breve relato histórico, percebemos que o assistencialismo no Brasil sempre foi utilizado como forma de abafar os conflitos entre explorados e exploradores, servindo para mascarar situações precárias de trabalho e acúmulo de capital nas mãos de poucos.

Formas de assistencialismo

Historicamente, as primeiras formas de assistencialismo observadas eram estabelecidas pelas igrejas, como um dever moral, fundamentadas sob a ótica da ajuda e da solidariedade.

A Igreja Católica foi a instituição religiosa que mais se destacou nas ações assistencialistas. Ao assumir esse papel, desenvolvia práticas humanistas e voluntárias a fim de abafar possíveis conflitos sociais. Tais práticas podem ser notadas em diferentes contextos, como no caso dos asilos, internatos e orfanatos para crianças e jovens, hospitais, ou em equipamentos de segregação social, como os hospícios, leprosários ou os dispensários de tuberculose.

Marca com forma ou expressão do assistencialismo a filantropia. A filantropia é entendida como uma prática humanitária na qual se realiza a doação – material ou em espécie – como forma de desenvolvimento de um trabalho social. Ela é encarada como uma forma de desenvolver e promover uma mudança social sem a intervenção do Estado.

São expressões ainda do assistencialismo, a solidariedade, a caridade, o apadrinhamento, a benemerência, como também, o primeiro damismo, por meio de ações das primeiras-damas em fundos sociais de solidariedade.

Expressa-se também como forma de assistencialismo, a assistência dispensada por algumas instituições e organizações, desprofissionalizadas e com caráter apenas caritativo.

Pode-se exemplificar algumas ações assistencialistas em nosso cotidiano, como a doação de roupas e brinquedos através de campanhas; doação de sopa para pessoas em situação de rua; apadrinhamento de crianças e idosos em períodos específicos; entre outras.

Observam-se hoje diferentes grupos assistencialistas distribuindo alimentos nas ruas, garantindo a subsistência dos indivíduos nas vias públicas, sem se aliar à cobrança de políticas de inserção desses indivíduos nas ações em atividade nos municípios e nos estados; ou, ainda, programas governamentais de transferência de renda que não conseguem prever, a médio ou longo prazo, capacitações para o trabalho, ou expectativa de inserção em programas de geração de emprego, perpetuando programas de distribuição de cestas básicas, roupas etc.

Verifica-se que tais ações, que permearam e ainda permeiam a sociedade brasileira, confundem-se, muitas vezes, com as políticas sociais e as políticas públicas, com a assistência social, que é um direito e um dever do Estado, visto que muitas das vezes, tais ações ainda são enxergadas com um caráter de não direito. Essas práticas dificultam, ainda, a implantação e implementação de políticas públicas, a inclusão social, o protagonismo dos sujeitos sociais e o resgate de cidadania dos segmentos vulnerabilizados, pois são enxergadas apenas como uma prática em si e não como uma política de acesso aos mínimos sociais.

SERVIÇO SOCIAL E AS PROTOFORMAS: ANÁLISE HISTÓRICA

O serviço social surgiu decorrente da divisão social e técnica do trabalho, afirmando-se como uma profissão dentro da sociedade, dotada de uma dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, indissociada das ordens éticas e políticas. Ele surgiu enquanto profissão no contexto do desenvolvimento capitalista e do agravamento da questão social. Porém, para localizá-lo, faz-se necessário compreender esse contexto histórico de sua institucionalização, como também as influências teóricas que permearam sua gênese.

O serviço social iniciou seu embasamento teórico com a influência norte-americana do modelo de caso, grupo e comunidade, sob a influência do pensamento de Mary Elly Richmond.

Nesse princípio, a ação profissional, sob a ótica do ideário de Richmond, inscreve uma metodologia pautada numa análise médica das expressões da questão social, na qual essas expressões eram passíveis de diagnóstico e tratamento como uma "doença". Essa análise era verificada com um método genérico, enfatizando o sistema cliente e a situação social problema e estabelecia uma relação entre a individualidade e o meio social.

Sua primeira influência foi dos ideários de Florence Nightingale, no ano de 1851 na Inglaterra, percussora da profissão de enfermagem, onde ela estabelecia como objetivo de seus primeiros cursos o preparo de visitadoras domiciliares, pelo qual concebia a tarefa assistencial como reintegradora e reformadora do caráter.

O primeiro "Curso de Formação de Visitadores Sociais Voluntários", realizado pela Sociedade de Organização da Caridade da Inglaterra, ocorreu em Londres, em 1893.

Na América do Norte, as discussões sobre a formação profissional dos trabalhadores da assistência ocorreram na Conferência de Caridade e Correção em Toronto no ano de 1897. Nela, Mary Richmond, que participava da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, propôs a criação de uma escola para o ensino de Filantropia Aplicada.

Ao pronunciar-se em uma palestra, Richmond assinou a necessidade de se criar uma escola para a formação de assistentes sociais.

Mary Richmond introduziu um método no qual se realiza o estudo ou levantamento de dados sobre a situação, diagnosticando o problema social, avaliado logo em seguida e, por fim, estabelecendo um tratamento.

Visualizava o inquérito como um instrumento de fundamental importância para a realização do diagnóstico social e, posteriormente, do tratamento, pois acreditava que só através do ensino especializado poder-se-ia obter a necessária qualificação para realizá-lo. Essa metodologia é denominada como "Metodologia do Caso Social Individual".

Metodologia do Caso Social Individual: conjunto de métodos que desenvolvem a personalidade, através de um diagnóstico social, que, ao ser sistematizado, proporciona o reajustando conscientemente e individualmente o homem ao seu meio.

Richmond define uma personalidade social, através da ação de evidência social, como ponto de partida para a construção das bases teóricas da prática profissional. Define, também, uma nova concepção para o ser social, sendo este produto das relações intrínsecas entre a personalidade e o meio, podendo explicar o caso social como um fenômeno de totalidade.

Ela teve a primeira iniciativa em institucionalizar a prática do serviço social, pois verificou que as ações caritativas não eram mais suficientes para atender às reivindicações da classe operária e de outros setores da população. Identificou tais ações como formas de intervenção desumanizadora da instituição e da população.

Assim, no ano de 1897, ela propôs a fundação de uma escola de filantropia aplicada, transmitindo caráter profissional aos serviços sociais até então executados.

Em 1898, a New York Charity Organization Society levaria o ideário inicial de Mary Richmond.

A primeira escola de serviço social foi fundada em Amsterdã, no ano de 1899, o Instituto de Treinamento em Serviço Social, com um curso de apenas dois anos, composto de matérias como conhecimentos sociológicos gerais, problemas socioeconômicos, legislação e treinamento prático supervisionado em diferentes campos do serviço social.

Já em 1904, o curso mantido pela New York Charity Organization Society adquire a forma de curso de apenas um ano de duração, ministrado pela Escola de Filantropia de Nova York, a primeira escola de serviço social dos Estados Unidos. Posteriormente, essa escola se tornaria a Escola de Serviço Social da Universidade de Columbia.

Na América do Norte, segundo Silva, o serviço social, especialmente o de caso, deve a Mary Richmond seu conteúdo lógico e coerência interna. Lá se sustenta a prática na necessidade de se individualizar a assistência tanto no diagnóstico como no tratamento, abrangendo o estudo de caso, seu diagnóstico e tratamento, com uma prática sistemática e técnica. Tal prática se orientava pela concepção de uma sociedade estruturada, que necessita apenas de reformas e ajustes, nas quais a ação profissional era individualista, com o predomínio da autoajuda, reflexo do processo político americano, a ascensão do sistema capitalista.

Em 1917, Richmond tentou racionalizar essa assistência, dando-lhe uma visão "terapêutica", que considera a questão social como uma doença que necessita de diagnóstico e de tratamento a partir do indivíduo.

No ano de 1918, a Escola de Filantropia passou a se denominar “Escola de Serviço Social” e Mary Richmond ocupou a cadeira de docente em Serviço Social de Casos.

O serviço social como profissão moderna começou a ser sistematizado com a contribuição de Richmond a partir do voluntariado assistencialista, por meio de sua teorização do diagnóstico social das situações-problema. É fruto de dois fatores: a situação da sociedade segundo seu contexto (industrialização e ascensão da classe proletária) e o desafio de oferecer respostas.

Desde essa primeira sistematização elaborada por ela, o serviço social reflete uma perspectiva genérica de intervenção, tendo em vista a mudança social, por meio da qual deu-se aos assistentes sociais o desafio de trabalhar para uma comunidade à qual faltavam recursos sociais, utilizando argumentos oferecidos pelos casos.

Já em 1922, a prática do assistente social, suas teorias, seus objetivos, convergiam pra uma ideia central: o desenvolvimento da personalidade. Entendia-se, nesse contexto, que o caso social nada mais era do que processo de desenvolvimento da personalidade através de ajustamentos conscientemente efetuados de indivíduo a indivíduo, do homem para com o seu meio social.

No diagnóstico social estabelecido nessa época, deveria haver uma descrição das dificuldades, uma lista dos fatores causais que se relacionassem com as dificuldades, uma enumeração dos elementos disponíveis e dos riscos que devem ser reconhecidos com o tratamento.

O serviço social na América Latina sofreu forte influência europeia e norte-americana. A primeira escola de serviço social na América Latina surgiu no Chile no ano de 1925, criada pelo Dr. Alejandro Del Río.

Curiosidade



FIQUE ATENTO!

A primeira escola de serviço social na Europa foi criada em Amsterdã, Holanda, no ano de 1899. Alice Salomon iniciou em Berlim cursos para agentes sociais que acabaram por dar origem à primeira escola alemã em 1908.

Em 1908, fundou-se na Inglaterra a primeira escola de serviço social.

Em Paris, uma escola de serviço social foi criada no ano de 1911, de orientação católica e outra de orientação protestante, em 1913. A primeira escola de serviço social na América Latina surgiu no Chile no ano de 1925, criada pelo Dr. Alejandro Del Río.

Serviço social de casos: segundo Mary Richmond é um tratamento prolongado e intensivo, que ao mesmo tempo permite o exame crítico de nossos métodos e exige que seja praticado por pessoas competentes. É um conjunto de métodos que desenvolvem a personalidade, reajustando conscientemente e individualmente o homem a seu meio social. Sua linguagem é permeada por termos médicos visto que sua influência teórica bebia nas teorias da enfermagem.

O surgimento do serviço social no Brasil

A implantação do serviço social deu-se no decorrer de um processo histórico iniciado a partir dos anos de 1920-30.

No Brasil, a economia, que desde a segunda metade do século XIX até os anos 1930 se caracterizava por um modelo agroexportador, passa a adotar, na Era Vargas, um modelo industrial, de substituição de importação, modelo urbano-industrial. A mudança do sistema agrário-comercial para o industrial produziu profundas alterações sociais, principalmente com a mudança do estilo de vida rural para um urbano-industrial, levando à crescente urbanização, fenômeno esse que só faz agravar problemas e conflitos sociais, solicitando ações das instâncias majoritárias.

É um período de crescimento da classe trabalhadora, como também de sua condição de classe explorada e de sua mobilização e organização, através da intensificação das lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Todavia, tais lutas são encaradas pela classe dominante como ameaça a seus interesses e como desorganização social e moral.

É, portanto, nesse contexto, década de 1920-1930, que o Brasil vivia um período marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista, sob a égide do capitalismo monopolista internacional, e por uma política nacional que privilegiava o crescimento industrial. O desenvolvimento material desencadeava a expansão do proletariado e a necessidade de respostas, de uma política de controle que absorvesse esse segmento.

A gênese do serviço social brasileiro localiza-se a partir desse contexto histórico e político, no qual a sociedade encontrava-se nos anos 1930, em uma conjuntura marcada pelo desenvolvimento capitalista, pelo conflitos de classes, pelo crescimento da classe trabalhadora, quando se travava uma luta contra a exploração da mão de obra dessa classe e pela defesa de seus direitos e cidadania, para intervir nos problemas das sequelas da questão social.

A história da condição de existência da classe trabalhadora, sua marginalização, o pauperismo, põem-se como terreno fértil para a atuação profissional, pois a esses grupos excluídos só se dava o direito à resignação.

No ano de 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho, porém com a nova Constituição ele se extinguiu.

O processo de profissionalização e legitimação do serviço social encontrava-se articulado ao crescimento das instituições socioassistenciais estatais, que surgiram a partir da década de 1940.

O Brasil na década de 1920 vivia o período da Primeira República marcado por ações fortemente repressoras. A repressão policial, peculiar da Primeira República, apresentava o fracasso do plano da burguesia em conter avanço do movimento operário, necessitava de mecanismos mais sólidos para combater as contradições sociais. É aí que se evidencia ser necessária a intervenção do Estado.

No Brasil, o desenvolvimento material – início do período do “boom” do desenvolvimento econômico – desencadeou a expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, o que criou a necessidade política de controlar e absorver esses segmentos sociais. Segun-

do lamamoto, o Estado procurou incorporar as reivindicações da classe trabalhadora nacional, ampliando a base de reconhecimento legal da "cidadania", do proletariado e dos direitos sociais por meio da criação de legislações sociais. Em seguida, buscou um profissional capaz de apresentar respostas, aprimorando-se e apropriando-se das técnicas do serviço social norte-americano.

Ainda segundo lamamoto, dentro das instituições mais importantes para o surgimento do serviço social podemos destacar: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946). A criação de tais instituições tem como pano de fundo um período na história do Brasil marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista sob a égide do capitalismo monopolista internacional e de uma política econômica nacional que privilegiou o crescimento da industrialização.

A profissionalização do serviço social, mesmo que inicialmente estivesse intimamente ligada às questões do assistencialismo, não se relacionava à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia, nem à organização da caridade. Sua vinculação referenda a dinâmica da ordem monopólica, mesmo com suas primeiras ações desenvolvidas tendo cunho religioso, filantrópico e assistencial; diga-se assistencial, mas com um caráter assistencialista e de benemerência, desenvolvido por meio da solidariedade social, porém ainda hipossuficiente. Tinham um caráter missionário, de apostolado social, justificando sua ideologia com a Doutrina Social da Igreja.

Sob essa perspectiva, tinha como característica essencial a doutrina social da Igreja de substituir a análise da realidade e a prática social pelo o enfrentamento das expressões da questão social por valores, exigências, por uma apreensão moral dos fenômenos sociais.

Para isso deu-se a emergência de sua institucionalização, devido à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação da vida social.

As condições para a profissionalização do serviço social decorrem da institucionalização e legitimação de seu valor dentro da sociedade, mobilizado pela ação do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentar as primeiras expressões da questão social.

O surgimento das primeiras manifestações da institucionalização do serviço social pela Igreja ocorreu com a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, em 1932, com o incentivo e controle da Igreja Católica.

O CEAS tinha como objetivo central promover a formação de seus membros através do estudo da doutrina social da Igreja. A partir desse "estudo doutrinário" as ações eram fundamentadas, visando à eficiência na ação e atuação dos trabalhadores sociais.

No ano de 1933 intensificaram-se as ações da CEAS, com sua participação na Liga Eleitoral Católica, através de campanhas de alistamento de eleitores e proselitismo, e no ano de 1934, o CEAS organizou a primeira "Semana de Ação Católica", na qual promovia a defesa dos princípios religiosos e morais católicos. Nesse mesmo ano, o CEAS fundou quatro centros operários.

Os centros operários tinham por objetivos atrair as mulheres operárias a fim de que as sócias e propagandistas buscassem, através da ministração de aulas de trabalhos manuais, conferências e conselhos, entrar em contato com a classe operária com a finalidade de estudá-la e despertar seu interesse pelos problemas de classe, além de desenvolver seu associativismo. Estes centros são vistos como uma etapa intermediária para o trabalho social em si.

Nessa perspectiva, seu início oficial dá-se a partir do "Curso Intensivo de Formação Social para Moças", promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, ao qual fora convidada Mlle. Adèle de Loneux da Escola Católica de serviço social de Bruxelas. Ao findar esse curso, elaborou-se o 1º Relatório do CEAS, o qual expressava a necessidade de se promover uma formação doutrinária e aprofundar o conhecimento dos problemas sociais para melhoria na atuação dos trabalhadores sociais.

Em 1936, através dos esforços desenvolvidos por esse grupo, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira desse gênero a existir no Brasil. Inicia-se, portanto, uma nova etapa na prática da assistência social, e mais importante ainda, para a Igreja, que redefiniria seu papel dentro da sociedade.

A primeira Escola de Serviço Social tinha por finalidade oferecer uma formação social através do conhecimento das questões e dos problemas sociais, preparando seus profissionais para atuarem nos vários campos da ação social, nas obras de assistência, nos serviços de proteção à infância, nas organizações operárias e familiares.

Com a ida das brasileiras Maria Kiel e Albertina Ramos à Bélgica, as primeiras a receberem formação na área na Escola de Serviço Social de Bruxelas, consolida-se a fundação, portanto.

O serviço social brasileiro nasce, portanto, atrelado às ações sociais de alguns grupos, em especial os vinculados às práticas religiosas da Igreja Católica, na assistência aos pobres e desamparados, de modo voluntarista, caritativo e filantrópico, de caráter positivista-funcionalista, como uma forma de recuperar seu poder através da institucionalização da profissão do assistente social.

Nesse contexto, imprime-se na profissão uma abordagem da "questão social" como um problema moral e religioso, visando a uma intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução de seus problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. A caridade vira atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado.

Foi no contexto de enfrentamento da questão social pelo Estado, com o apoio da iniciativa particular de alguns grupos e da Igreja Católica, que se conduziu a institucionalização e legitimação do serviço social como profissão, em um cenário em que a pobreza é vista como ameaça à ordem burguesa. Porém, mesmo com essa abrangência e abertura, as primeiras iniciativas de organização da profissão estavam ligadas a grupos sociais participantes do movimento católico leigo e responsáveis pela ação social da Igreja Católica.

Evidencia-se nessa mesma época a idealização da vocação natural feminina no estabelecer de atividades educativas e caridosas, cabendo à mulher a preservação da ordem moral e social.

O serviço social surgiu atrelado ao ideário e à doutrina social da Igreja Católica, de modo voluntário e caritativo. Vê-se a presença do assistencialismo aí e a feminização da profissão impressa desde sua gênese.

Era exigido um perfil mínimo para matricular-se: além de ser do sexo feminino, ser íntegra, devota, altruísta, ter senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicabilidade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer.

Exigia-se, ainda:

- 18 anos completos e menos de 40 anos;
- comprovação de conclusão do curso secundário;
- apresentação de referências de três pessoas idôneas;
- submissão a exame médico. A candidata deveria

possuir boa saúde, não ter defeitos físicos, e alguns historiadores até relatam a necessidade de comprovação da castidade e virgindade.

As características exigidas transitavam entre características humanísticas e de vocação, referenciando a fé. A vocação no servir ao próximo como a si mesmo, despojando-se de si mesma.

É na consolidação da sociedade burguesa que surge o serviço social, com sua base sustentada no modelo de Estado burguês. Verificou-se, nesse momento, a intervenção do Estado nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas.

O serviço social no Brasil, até a primeira metade da década de 1940, por receber apoio e orientação da Escola de Serviço Social da Europa, e por ter como referência a Igreja Católica, tem uma forte influência europeia vinculada ao pensamento conservador.

O serviço social brasileiro surge, portanto, com um caráter conservador, ligado à atividade assistencial.

A profissão é reconhecida legalmente como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela portaria nº 35 de 19 de abril de 1949.

A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL

A Igreja Católica teve grande importância na profissionalização e na identidade das primeiras expressões do serviço social no Brasil. Nessa gênese, a Igreja era responsável pelo aporte teórico – mesmo que hipossuficiente e de caráter missionário – e também pela formação profissional.

As primeiras escolas de serviço social do país, fundadas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente em 1936 e 1937, organizaram-se sob forte influência europeia, especialmente franco-belga.

A base da formação para o serviço social era inspirada na Doutrina Social Católica, que tinha na psicologia sua maior influência. Com base nisso, a formação era permeada por características que psicologizavam e individualizavam os problemas sociais, colocando como prioridade o enquadramento do indivíduo ao sistema – sistema imutável – através do enquadramento ético-moral e da responsabilidade individual.

O serviço social surgiu como um departamento especializado da Ação Social da Igreja Católica, embasado por sua doutrina social, que buscava, à época, restaurar seu prestígio e poder na sociedade republicana brasileira através de um projeto de cristianização da sociedade, e, também, por meio da iniciativa de movimentos laicos oriundos das classes dominantes, também vinculados à si.

Referente à orientação do pensamento à ação profissional do serviço social nessa gênese, mereciam destaque as influências da doutrina social da Igreja, do ideário franco-belga de ação social e do pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): tomismo. Outra influência de pensamento se instaurou no fim do século XIX. Jacques Maritain na França e o Cardeal Marcier na Bélgica retornam ao pensamento tomista e instalam o neotomismo como corrente e filosofia de pensamento.

Surge o serviço social como um prolongamento da ação social católica, adotando como pressuposto teórico sua linha mais tradicional e ortodoxa.

Neste sentido, com as pregações e diretrizes, exigiu-se uma recatolização da nação e que a Igreja assumia a questão social.

Em síntese, é sob a influência do pensamento da Igreja Católica que o serviço social brasileiro iniciou sua fundamentação, tendo um posicionamento humanista e conservador. Nos postulados filosóficos tomistas e neotomistas que marcaram o serviço social, introduziu-se a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfeição, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a sociabilidade natural do homem, como um ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

No que se refere à doutrina social da Igreja merecem destaque, nesse contexto, as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891 e a “Quadragesimo Anno”, de Pio XI de 1931, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum”, que tratava a questão social sob uma ótica antiliberal e antissocialista.

A “questão social”, nesse momento, era vista a partir do pensamento social da Igreja: questão moral, conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos.

Num contexto mais geral, em especial na América Latina, o pensamento católico também influenciava a gênese da profissão, porém outras correntes e filosofias engendraram a formulação da profissão nesse começo. Um grande exemplo dessas outras influências ocorreu no serviço social chileno e argentino, nos quais se somava a ao pensamento católico o racionalismo higienista, influência do movimento de médicos higienistas. Esse movimento tinha como finalidade fomentar e exigir a intervenção estatal sobre as expressões da questão social, como também a criação de uma forma de assistência social e de um programa preventivo nas áreas sanitária, social e moral.

As particularidades da criação ocorreram justamente em São Paulo, em virtude do contexto político-ideológico em curso à época – momento pós-crise, recuperação do poder local do Estado.

A visão do serviço social nesse período era marcada pela adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo, sob a orientação de restaurar normalizar.

O serviço social – também chamado por muitos como serviço social católico nessa gênese – aliou-se ao movimento de higiene mental. Uma característica dessa aliança é a introdução de disciplinas na grade curricular do serviço social. Verifica-se essa influência nas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro, com um conteúdo médico.

O pensamento social da Igreja Católica, fortemente conservador, que influenciava o serviço social nesse início, começa, a partir dos anos de 1940, a buscar sua tecnificação a fim de adquirir um embasamento teórico-metodológico que melhor respondesse à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização. Nesse sentido, sob a influência norte-americana, permeia a matriz positivista e com uma análise funcionalista da situação, em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social.

Com o surgimento das ciências sociais e sua consequente fragmentação, a qual consolidou a criação da sociologia na escola norte-americana de serviço social, que influenciou o serviço social brasileiro, com as elaborações de Mary Richmond; é qualificado o exercício do assistente social como uma ciência social sintética aplicada, que intervém de maneira prático-empírica.

Nessa linha, as relações sociais dos indivíduos eram abordadas no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade.

O serviço social sofre, portanto, a influência do positivismo. Uma das grandes expressões do método positivista é o francês Auguste Comte (1798-1857) Comte, em seu método, atribuía fatores humanos para as explicações de diversos assuntos. Tal atitude contrariava a razão, a teologia e a metafísica, forçava o trabalho com as relações de modo aparente, evoluindo dentro do já contido e buscando a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis.

A matriz positivista ofereceu uma compreensão imediatista das relações sociais e do ser social, restringindo-se ao verificável, à experimentação e à fragmentação do homem e da sociedade. Não eram oferecidas possibilidades de mudança, senão dentro da ordem estabelecida, pelo ajuste a ela. Tinha uma orientação funcionalista, prática, um perfil manipulador e de ajustamento, sob a ótica de padrões de eficiência, com uma ação mais burocrática, sem apropriação ou aprofundamento teórico.

Nela, a forma de pensamento e experiência prática é resultado do movimento contrário aos avanços da modernidade, com ações de restauração e preservação da ordem capitalista.

Comte acreditava ainda que tal estrutura social existe de maneira estática, não suscetível a mudanças, e que o homem convive com essa estrutura na busca constante de melhorar sua condição, facilitando assim sua inserção na mesma.

A perspectiva positivista, por trabalhar com o aparente e com o verificável, tem uma visão restrita dos fatos, pois analisa-os apenas no âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação, demonstrando uma relação estática deles, sem mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação.

Essa moral positivista serve para atenuar os conflitos e reforçar o sistema de filantropia estabelecido. As possibilidades de transformação da sociedade a partir dos movimentos sociais são ignoradas. A sociedade é pensada como uma grande engrenagem e os indivíduos como parte dessa engrenagem; quando surge um fato social que ameaça seu funcionamento, este deve ser trabalhado como disfuncional e ajustado para garantir a volta ao funcionamento perfeito dessa engrenagem.

A filosofia básica do positivismo é a lei universal, a evolução, um processo segundo o qual o homem deve se adaptar ao meio, considerando as diferenças entre funções e capacidades, sempre numa perspectiva de adequação do homem à sociedade.

As relações sociais são hierarquizadas: os mais capazes devem governar os segmentos inferiores, considerados incapazes de se autogerirem.

Apesar do doutrinário e conservadorismo não se constituírem como teorias sociais, foi a primeira orientação de visão de mundo que conduziu o serviço social para sua elaboração de uma visão de mundo.

O positivismo¹ teve fortes influências no Brasil. O exemplo mais comum é a frase que está escrita em nossa bandeira: “Ordem e Progresso”. Esse trecho foi extraído da frase comteana: “O amor por princípio, à ordem por base, o progresso por fim”. Essa frase vem expressa uma sociedade fraterna, justa e progressista.

Com a ascensão da sociedade burguesa no século XIX e o consequente aparecimento de classes sociais, a burguesia (classe social dominante) necessitava de um profissional que cuidasse da área social, assistindo e garantindo o controle da classe proletária.

A influência norte-americana: o funcionalismo e o serviço social de caso, grupo e comunidade

Em meados da década de 1940, a influência franco-belga que marcava a gênese do serviço social cedeu o lugar à influência norte-americana. A partir da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apresentaram-se como nação hegemônica nas relações com os países europeus, tendo como objetivo a concretização de seu interesse pelo uso dos países da América Latina. Esse fato intensificou a influência norte-americana no serviço social brasileiro.

Porém é só na Conferência Nacional do Serviço Social, ocorrida em 1941, que se concretizou e teve início esse intercâmbio, com a oferta pelos Estados Unidos – diga-se investida – para que os assistentes sociais fossem até lá fazer cursos, ofertando bolsas de estudos aos assistentes sociais brasileiros.

A influência norte-americana se deu no período da gênese da profissão do serviço social, teve influência importante, como já assinalado, Mary Richmond; com suas

¹ O positivismo de Augusto Comte encontra-se fundamentado na Lei dos Três Estados, que pode ser sintetizada pela afirmação de que todas as ciências e o espírito humano como um todo se desenvolvem através de três fases distintas:

- estado teológico em que o espírito humano explica os fenômenos por meio das vontades divinas ou agentes sobrenaturais;
- estado metafísico, onde os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas, como o princípio vital; e
- estado positivo, no qual os fenômenos se explicam de forma científica, utilizando-se a experiência sensível. O estado positivo seria então um último estágio de evolução da sociedade.

as ideias da filantropia científica ela incorporava as teorias estrutural-funcionalistas e as metodologias de intervenção, especificamente os métodos de serviço social de caso, serviço social de grupo, organização de comunidade e, posteriormente, desenvolvimento de comunidade. Soma-se a este contexto, o ideal de democracia e justiça social pregado por Jane Addams.

A partir de 1945, o serviço social assumiu o modelo funcional implantado pelos Estados Unidos e se afastou do doutrinário da Igreja Católica que predominava nos fins da década de 30 e no início da década de 40.

As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram, portanto, a tríade metodológica que orientava o serviço social na busca da integração do homem ao meio social em que vivia. Esse estreitamento das relações entre Brasil-EUA repercutiu no serviço social através da intensificação de intercâmbios de assistentes sociais brasileiros que buscavam a ampliação de seus estudos naquele país.

Nesse período, a ênfase na formação profissional ainda estava sustentada na visão terapêutica e na concepção de que a questão social era um desajustamento social. Com essa influência americana, emergia a perspectiva funcionalista, aliada ao neotomismo cristão, que teve como consequência o reforço da postura terapêutica, tratamento das feridas sociais, nas linhas da psicologia e da psiquiatria da época, levando em conta os desajustamentos sociais.

Esse modelo de formação profissional sustenta sua interpretação do desenvolvimento como resultante das capacidades individuais e culturais, a partir de numa visão harmônica da sociedade, concentrando-se no estudo do comportamento dos indivíduos, tendo o empirismo como tendência dominante, em que a atuação profissional exigiria ênfase na instrumentalização técnica, com a valorização do método, deslocando-se o eixo teórico de influência do neotomismo para pressupostos funcionalistas da sociologia.

O serviço social de caso, o serviço social de grupo e a organização da comunidade são baseados na arte e na ciência das relações humanas, isto é, nas relações de pessoa a pessoa. Têm sua centralidade da noção de relações humanas para o serviço social tradicional.

Pautando-se por uma ação racional no enfrentamento dos problemas sociais, tem grande importância a sistematização das atividades na prática profissional, como o plantão, a triagem, acompanhamentos, aconselhamentos, distribuição de auxílios, socialização através dos grupos e engajamento em equipes multiprofissionais.

Há também uma forte influência da psicologia e da psiquiatria, psicologizando as relações sociais.

O que era imperativo no serviço social de caso era o relacionamento profissional, no qual o caso social era verificado como um processo psicossocial, isto é, uma situação-problema na qual fatores objetivos da situação de vida do cliente não se separam dos fatores subjetivos (seu comportamento e suas emoções). Essa perspectiva viabilizava uma visão mais global do ser humano para a época, pois um caso social era um fato

humano, cotidiano e de realidade, que era permeado por fatores econômicos, físicos, mentais, emocionais e sociais, atuando em maior ou menor intensidade, internos e externos, entrelaçados entre si.

Ele é, então, um método de ajuda baseado num corpo de conhecimentos, na compreensão do cliente dos seus problemas, e no emprego de técnicas aplicadas – ajudar as pessoas a ajudarem-se a si próprias.

O método do serviço social com casos desencadeia, na prática, um processo no qual pode-se distinguir cinco momentos fundamentais:

1. *indagação ou recolha de dados;*
2. *estudo;*
3. *diagnóstico;*
4. *ordenada aplicação temporal de soluções (tratamento/intervenção);*
5. *finalização.*

O serviço social de grupo utiliza-se da abordagem grupal das situações sociais problema, identificando seus aspectos significativos. Essa abordagem está muito ligada à educação.

- Identificava-se enquanto atribuição do assistente social:
- *proceder ao levantamento das situações sociais significativas, através de atendimento individual com líderes formais e informais da comunidade e de pesquisas;*
 - *levar ao conhecimento da equipe os problemas sociais que surgirem como prioridade na população atendida, apresentando sugestões para intervenção;*
 - *planejar, executar e coordenar atividade a nível grupal.*

O funcionalismo, uma expressão de influência positivista, é compreendido através da explicitação de aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade como um todo. É uma corrente sociológica associada à obra de Émile Durkheim².

- Para o funcionalismo, eram valorizados:
- *humanismo na orientação da realidade;*
 - *universalidade dos valores, aplicados e aplicáveis em qualquer realidade social;*
 - *neutralidade ideológica e prática apolítica – passividade;*
 - *procedimentos distintos entre o profissional e população, valorizando os conhecimentos técnico-científicos e desprezando os valores da população;*
 - *a técnica do profissional, que tinha papel importante para orientar as ações e decisões da população;*
 - *uma concepção abstrata de sociedade, equilibrada e harmônica, regida por uma ordem funcional, na qual cada membro deve contribuir para seu funcionamento social;*
 - *uma sociedade estratificada em classes sociais integrante do sistema social;*

² Para o sociólogo Emile Durkheim (1858-1917), os fenômenos sociais deveriam ser explicados por técnicas sociais também. Ele interpretava a sociedade através de uma análise que recorria a fatos internos e externos do homem, relacionada ao estudo do fato social, que apresenta características específicas: exterioridade e a coercitividade. Para ele a sociedade era estruturada em pilares e interpretada pelo fato social. O fato social é exterior, na medida em que existe antes do próprio indivíduo, e coercitivo, na medida em que a sociedade impõe tais postulados, sem o consentimento prévio do indivíduo.

- ordem moral que proporcionaria a harmonia social, com a regulamentação e adequação dos indivíduos;
- visão de Estado interventor e mediador.

O SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

A crise comercial de 1929³ e o movimento de outubro de 1930 representaram marcos decisivos na trajetória da sociedade brasileira, pois foi nesse período que ocorreu a reorganização das esferas estatal e econômica no país.

O período de 1930 a 1945 coincide com dois grandes fatores político-sociais: a Segunda Guerra Mundial (Europa) e o período do Estado Novo (Brasil), caracterizando o surgimento da profissão no Brasil sob influência europeia. É só a partir de 1945 que se observa uma expansão do serviço social no país, com o fortalecimento do capitalismo local e as mudanças mundiais decorrentes do período pós Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o serviço social tinha as seguintes características: era assistencial, caritativo, missionário e beneficente.

O Estado Novo era marcado por um contexto de modelo corporativista, por uma política industrialista, com participação da burguesia industrial na gestão do Estado e êxodo rural devido à industrialização.

As legislações sociais têm um caráter vital nesse contexto, reconhecendo legalmente a cidadania e os direitos dos trabalhadores. Essa ação nada mais era do que uma forma social de exploração da classe trabalhadora.

As primeiras ações do serviço social no Brasil iniciaram-se com a iniciativa do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, no ano de 1932. Já em 1935, criou-se a Lei nº 2497, de 24/12/1935, que estabelecia o Departamento de Assistência Social do Estado, o primeiro no país.

No ano de 1934, com a Carta Constitucional os serviços sociais se consolidam.

A primeira medida legal no âmbito federal, nessa consolidação da ação profissional, ocorreu em 1938 através do Decreto-lei nº 525, de 01/07/1938, que organizou nacionalmente o serviço social, enquanto modalidade de serviço público.

Nesse mesmo contexto, criou-se o Conselho Nacional de serviço social – CNSS, que tinha uma função consultiva para o governo.

O CNSS tinha como principais funções:

- realização de inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais;
- organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado;

³ Os Estados Unidos vivenciavam um período de desenvolvimento e prosperidade, porém a partir de 1925, uma crise econômica assolava sua economia visto que o ritmo da industrialização não estava sincronizado com a classe trabalhadora, suas condições e salários. Os EUA estavam em plena euforia econômica, o que o impulsionava à superprodução, porém o mercado estava escasso e nem sempre ela era absorvida. Para tentar amenizar esta situação, os EUA foram obrigados a diminuir sua produção, realizar demissões em massa, vivendo um estado de crise. Esta crise chegou à Bolsa de Valores e no mercado de ações, onde os preços despencaram, ocasionando o crash (quebra). Seus reflexos permearam a economia brasileira, com a crise da economia do café-com-leite e pela diminuição do mercado americano.

- sugerir políticas sociais a serem desenvolvidas pelo governo;
- opinar sobre a concessão de subvenções governamentais às entidades privadas.

Sua função era igual a tantas funções e atribuições, manipuladora, com mecanismo de clientelismo político.

Entre os anos de 1935 a 1939, a ação profissional limitava-se ao trabalho com migrantes, imigrantes, famílias de operários, menores, desvalidos, trabalhadores e egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais, com uma prática doutrinária e eminentemente assistencial. Eram incipientes as práticas em empresas, mais associadas à concessão de benefícios.

As práticas desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais estavam voltadas para a organização da assistência, para a educação popular e para a pesquisa social.

O serviço social a partir de 1930 sofre transformações de ordem prática em seu discurso profissional, influenciadas pelo pragmatismo e assistencialismo ao ser verificada a necessidade de serem criados novos métodos e técnicas de buscar conteúdos teóricos e ideológicos em outras ciências, como na psicologia e na psiquiatria, a fim de haver uma adequação à realidade brasileira.

No ano de 1938, a Seção de Assistência Social, foi organizada com a finalidade de melhor atender e reajustar certos grupos e desenvolve o chamado serviço social de casos individuais, a Orientação Técnica das Obras Sociais, o Setor de Investigação e Estatística e o Fichário Central de Obras e Necessitados.

Segundo Iamamoto (2003) o método do serviço social de casos este tem por finalidade estimular o necessitado, fazendo-o participar ativamente de todos os projetos que se relacionam com seu tratamento (...) utilizar todos os elementos do meio social que possam influenciá-lo no sentido desejado, facilitando sua readaptação.

A escola de serviço social passou por rápidos processos de adequação, como o ocorrido na firmação do convênio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado em 1939, para a organização dos centros familiares. Essa adequação refletiu na introdução de um currículo na escola, o Curso Intensivo de Formação Familiar.

O Instituto de serviço social de São Paulo, que surgiu em 1940, veio como um desmembramento da Escola de Serviço Social, sendo patrocinado pela Juventude Universitária Católica – JUC, destinando-se à formação de trabalhadores sociais especializados para o serviço social do trabalho. A fase entre 1930-1940 é caracterizada como de influência europeia ou serviço social antigo, englobando, também, a chamada reação católica.

Observa-se uma substituição da influência europeia pela norte-americana, marcada pelo Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941, em Atlantic City (EUA), que alterava o processo de formação dos assistentes sociais e consequentemente a prática profissional. A mudança apresentava-se no discurso relativo ao cliente, sob a ótica de um julgamento moral através da análise de cunho psicológico, na qual era estudado o indivíduo a partir da sua história familiar e individual. Essas eram influenciadas pela personalidade, sendo necessário, também, compreender os fatores econômicos e psicológicos.

Introduziu-se a metodologia do serviço social de casos individuais, que tinha como característica a concepção teórica e ideológica de homem e de mundo permeada de neutralidade quanto ao seu objeto de estudo, porém com certo envolvimento – o assistente social se colocava no lugar do outro.

A principal expansão do trabalho do assistente social se deu na área da saúde, que, a partir de 1948, passou a abordar aspectos biopsicossociais, demandando uma ampliação das equipes, que não mais se restringia aos médicos, para atender em uma perspectiva higienista.

O higienismo coloca a necessidade de controlar e educar a população para hábitos de higiene, visando diminuir a ocorrência de doenças, especialmente as infectocontagiosas, decorrentes do processo de migração desordenado para os centros urbanos, com o aparecimento de habitações coletivas, além das condições insalubres de trabalho nas indústrias da época.

Para lidar com a mudança de hábitos sem uma preocupação com a melhoria das condições de vida da população – por meio de uma política habitacional ou de ações efetivas para a melhoria das condições de trabalho, tornando-o menos insalubre – e sem qualquer projeto de acesso à educação, a saúde amplia suas equipes técnicas, dando ênfase ao trabalho em equipe multidisciplinar, para ampliar a abordagem em saúde, introduzindo conteúdos preventivos e educativos, e criar programas de atendimento a esse segmento da população, dada a inviabilidade de universalizar a atenção médica e social.

Um fator que possibilitou a ampliação das equipes nos serviços de saúde foi o financiamento da saúde pela previdência social, que não garantia o acesso universal por ser contributiva.

O assistente social que atuava nessa área vivia os conflitos da falta de acesso à saúde pelas populações que estavam fora do mercado formal de trabalho e, portanto, não tinham direito de utilizar os recursos existentes. Nesse contexto, os benefícios eram financiados pelos próprios indivíduos que os recebiam.

O trabalho do assistente social na área de saúde era restrito ao atendimento de casos e era reconhecido como serviço social médico.

Esse período histórico e social, cujo auge se dá em 1939, culmina com a retomada do aprofundamento do capitalismo no âmbito da expansão da produção industrial, com a intervenção estatal voltada para facilitar e intensificar acumulação, sendo pano de fundo para a ação profissional.

O serviço social na década de 1940: os congressos de serviço social e sua influência no perfil profissional

O serviço social pós anos de 1940, rumo à sistematização e concretização de sua prática.

A partir dessa década, o serviço social buscava conteúdos teóricos e metodológicos que melhor instrumentassem sua ação prática. É nesse contexto que se destacam os congressos de serviço social que influenciaram a profissão rumo a uma melhor adequação teórica e metodológica.

No ano de 1942 ocorreu o 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, no Chile, o qual apresentaria as primeiras expressões de mudança metodológica, porém com traços de continuidade, reafirmação da influência norte-americana, marcando uma nova hegemonia internacional.

Ainda no âmbito da América Latina, merece destaque o Congresso Pan-Americano de 1945, no qual compareceram 14 delegadas estrangeiras, com um caráter mais oficial. Esse encontro tinha uma divisão em três temas, sendo esses:

1. Ensino de serviço social.
2. Temas oficiais: - serviço social no meio rural; - serviço social industrial; - serviço social em instituições médicas; - serviço social da infância e adolescência.
3. Temas Livres.

Era nítido o caráter de posicionamento político e ideológico no que se referia à profissão, debatia-se sobre sua atuação na indústria, verificada como um avanço. Prevalcia o caráter de neutralidade, a conciliação entre o capital e o trabalho, a ação educativa e de valorização integral do homem pelo serviço social, e que este deveria contar com a colaboração dos setores patronais e operários. O serviço social reafirmava os discursos do início da profissão como também o posicionamento junto às entidades e programas pan-americanos relacionadas à assistência e o apoio da Organização dos Estados Americanos – OEA⁴.

A discussão que mais merecia destaque era sobre a formação para o serviço social, na qual se procurou definir normas para o funcionamento das escolas, a partir de um padrão mínimo de exigências, tais como planos de trabalhos, currículo básico, entre outros. Surgiu nessa época a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS.

O primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social foi promovido no ano de 1947 pelo Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. Teve um caráter preparatório para o 2º Congresso Pan-americano a ser realizado em 1949, com ampla participação das entidades particulares e governamentais.

Esse congresso foi marcado pela ausência de uma temática central. Os debates suscitados levaram a algumas conclusões organizadas em seis grandes campos: serviço social e família; serviço social de menores; educação popular e lazeres; serviço social médico; serviço social na indústria, agricultura e comércio; e os agentes do serviço social.

Essa diversidade de temas refletia muito o contexto e momento que o país vivia. O país vivia a plena efusão do Estado Novo, com um aparato assistencial desenvolvido que ampliava o mercado para o assistente social com a finalidade de atender as pressões desencadeadas pelos novos setores urbanos, atuando nas sequelas da miséria.

Foi importante também, nesse contexto, a exposição realizada através da implantação do serviço social em entidades e programas específicos tais como o do serviço social da Indústria – SESI, da Fundação Leão XIII, entre outras.

⁴ Sua ação baseava-se no impedimento do avanço comunista com a erradicação de suas fontes potenciais, implementando programas de assistência que amenizassem os ânimos.

Apresentou também a atuação do assistente social em áreas específicas, tais como: serviço social e doenças venéreas; delinquência infantil; refugiados em função de guerra; serviço social escolar.

Esse congresso apresentava como preocupação central as condições da família proletária e a formação de líderes através do serviço social de grupo.

O 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social estabelecia, através dos seis grandes temas, as seguintes recomendações:

- *Serviço social e família: criação de órgãos de assistência integral à família, moradias populares, legalização das uniões, assistência aos jovens decaídos.*

- *Serviço social de menores: dar prioridade à colocação familiar, criação de serviços de colocação familiar, reforma no código de menores e da justiça de menores: assistência à infância excepcional.*

- *Educação popular e lazer: necessidade de educação integral como fundamento da moral cristã, proporcionando educação integral à família operária, educação para adulto e o aproveitamento racional das horas de lazer; preparação de líderes.*

- *Serviço social médico: integração do serviço social nas instituições médicas com funções específicas do serviço social de caso, definindo suas funções.*

- *Serviço social na indústria, comércio e agricultura: visão de empresa como uma comunidade funcional, que produz um papel de consenso. Produziria o respeito mútuo entre os elementos da produção; serviço social como meio de reajustamento e emancipação; incorporação nas empresas da prevenção de acidentes, educação para a legislação social, estudo de soluções problemas no meio rural, com a criação de uma entidade rural. Criação de serviço social nas escolas rurais;*

- *Agentes de serviço social: visão do serviço social como atividade científica e também como filosofia de vida; formação de supervisores; intercâmbio entre escolas; criação de associação de alunos.*

No ano de 1947, a Seção Regional de São Paulo, órgão ligado a ABAS, estabelecia o primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

Já no ano de 1949, ocorreu o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social no Rio de Janeiro, que teve como tema central "O serviço social e a família", no qual se estabelecia uma concepção de família que pudesse elucidar o trabalho profissional. Este congresso reafirmava as teses dos congressos de 1945 e 1947, de estabelecer um discurso menos apostolar, de dar maior ênfase à psicologia e à técnica, definindo novas qualidades para o assistente social.

Para o assistente social, era estabelecido como princípio:

- *equilíbrio psicoafetivo para eliminar conflitos e não ser causa deles;*

- *utilizar técnicas científicas nos problemas de ajustamento do homem à coletividade;*

- *formação moral e religiosa, como também educação;*

- *reafirmação do serviço social de caso e a entrevista como principal instrumento de trabalho;*

- *maior solicitação para o serviço social de grupo e comunidade;*

- *chamamento para preparação do assistente social no meio rural devido à agroexportação.*

Manifestaram-se como respostas de inovação e contestação a partir desse congresso um trabalho mais coletivo e menos individual, a afirmação de uma terceira via: reformas sociais.

O serviço social apresenta, nesse contexto, funções bem mais amplas, através de respostas que pudessem acompanhar o movimento da ordem econômica, moral e estrutural, na busca pela eliminação do pauperismo e na estruturação da sociedade que melhor contemplasse as exigências humanas.

O serviço social a partir dos anos 1950: rumo a uma renovação crítica

A partir da influência teórica e metodológica estabelecida segundo o contexto dos congressos de serviço social, a década de 1950 seria marcada a fase de renovação crítica para a profissão.

É nesse contexto que o serviço social passa a ter influências teóricas heterogêneas, com a presença da teoria da modernização. Esse período correspondia ao período do desenvolvimentismo brasileiro e de aposta no capitalismo industrial.

Diante dessa realidade, o serviço social passa ser um agente de vital importância no enfrentamento da questão social, o que ampliava o universo de intervenção da profissão.

Nessa mesma década, surge o método do "desenvolvimento de comunidade" – DC, que propunha a melhoria nas condições imediatas do meio, contando com a participação dos grupos como coparticipantes na execução dos projetos e atividades, unidos pelo bem comum, porém deslocados de suas elaborações e proposições.

Embora o desenvolvimentismo tenha se constituído como central no governo vigente – governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) – sua influência no serviço social estava limitada ao DC no meio rural, influenciado pelo funcionalismo, pelo qual se queria, através de suas ações junto à comunidade, corrigir as "disfuncionalidades" causadas pelo sistema capitalista, "forçando" a integração da população empobrecida aos projetos de desenvolvimento. O serviço social apresentava-se, portanto como agente do desenvolvimento.

Já nos anos 50/60, segundo essa introdução do assistente social ao DC rural, um novo impulso ocorreu para na oferta e procura profissional: aumento do número de escolas; interiorização do serviço social; abertura de um novo campo de trabalho, incorporação de novas atribuições profissionais relacionadas à coordenação, planejamento e administração de programas sociais.

O serviço social incorpora o DC em sua prática, porém um padrão moralizador é instaurado como forma de ajustamento do trabalhador e de sua família à ordem capitalista monopolista.

O DC apresentava-se sob duas perspectivas:

1. DC ortodoxo: inspirado nos postulados funcionalistas que abordavam a comunidade como uma unidade constituída de partes independentes que devem colaborar para o equilíbrio do todo. Tinha como pano de fundo a modernização como uma unidade consensual. Seu caráter era acrítico, apolítico e aclassista.

2. DC heterodoxo: tinha uma visão mais abrangente da problemática brasileira e de uma maior abertura do espaço político, tendo um caráter mais crítico. Tinha força reivindicatória por direitos e mudanças estruturais como requisito fundamental ao desenvolvimento econômico do país. Era inspirado na vertente estrutural histórica – engajamento no campo educacional com a conscientização e participação popular – e no Movimento de Educação de Base – MEB.

No Brasil especificamente, a profissão passa a ser regulamentada a partir 1957, quando é sancionada a Lei nº 3.252. Essa legislação vigorou durante 36 anos e foi substituída em 1993, pela Lei nº 8.662.

A década de 1960 e sua influência no serviço social brasileiro

A partir de 1960, o serviço social começa a sofrer importantes transformações no movimento de reconceitualização da profissão na América Latina, que trazia uma denúncia do conservadorismo profissional iniciado na década de 1960 e desenvolvido até a década de 1980, influenciado pela conjuntura histórica mundial, principalmente na própria América Latina.

Nessa década a profissão veio a questionar seus referenciais e requisitar uma renovação em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico-operativo e político.

Esse processo de mudanças na formulação teórica e prática do serviço social não se deu de forma isolada, mas sim inserido no movimento das demais ciências sociais e humanas, que discutiam a temática do “desenvolvimento” e de suas repercussões na América Latina.

Esse movimento, denominado de “Movimento de Reconceitualização”, impôs ao assistente social a necessidade da constituição de um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses da população usuária dos serviços. O movimento foi reprimido pelo golpe militar de 1964, com a neutralização de todos os segmentos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado.

O controle e a repressão da classe trabalhadora pelo Estado e pelo grande capital e o atendimento das novas demandas submetidas à racionalidade burocrática exigiram a renovação do serviço social.

A crise ideológica, política e de eficácia da profissão vinha a questionar a burocratização do serviço social, seu caráter importado e sua ligação com as classes dominantes. Apontava-se para três projetos: um que se propunha manter a matriz conservadora e tradicional, outro que intencionava uma modernização conservadora e um último que apresentava a direção de ruptura com o conservadorismo, um dos marcos dessa época foi o movimento de reconceitualização.

Nessa época o serviço social estabiliza-se sob mudanças técnicas, a chamada modernização conservadora que colocou a questão do método em debate, fundamentando-se ora por uma aproximação com o marxismo, porém com uma leitura reducionista; ora recusando o teorismo pela prática.

Com a influência norte-americana, o serviço social alcança sua maioridade na sistematização teórica e técnica, feita através do trabalho com indivíduos e famílias, como o serviço social de grupo e o serviço social de comunidade.

Nos primeiros anos da década de 60, já com uma visão mais politizada e participativa (democratizada), o serviço social integra as experiências de DC com o comprometimento junto às transformações estruturais que permeavam o governo vigente – governo de João Goulart (1961-1964).

Era desencadeado, também, o início de mudanças significativas no serviço social, numa conjuntura de aprofundamento do debate político na sociedade diante do agravamento da questão social e dos níveis de empobrecimento da população trabalhadora, contrastados com os índices de crescimento econômico verificados em finais dos anos 50.

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1961, representa o marco oficial da inserção da profissão no projeto desenvolvimentista e da incorporação do DC numa perspectiva modernizadora e de atualização da profissão frente às novas demandas do Estado e dos setores dominantes. Com o governo João Goulart, abre-se um período de ampliação do espaço de participação política e de luta por transformações estruturais e reformas de base.

No serviço social começa a despontar a necessidade de sintonia com uma sociedade em mudança e de responder a demandas macrosociedade que rompem com a visão tradicional.

Marcam esse processo as experiências de grupos de assistentes sociais vinculadas à esquerda católica e aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais, inspirados nas teorias de educação para a libertação e no método de alfabetização de Paulo Freire. No entanto, o golpe de 64 e a ditadura militar interrompem o processo de radicalização democrática, o que põe fim ao pacto populista e ao engajamento dos que lutavam para a implantação de alternativas de desenvolvimento nacional-populares e democráticas no país.

No período de 1965 a 1975, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS) encarregou-se de adequar a profissão às exigências propostas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós 1964, influenciado pelo estruturalismo funcional norte-americano, sem questionar a ordem social e política vigente (Netto, 2004).

Para a implantação desse novo modelo, o Estado moderniza e amplia suas funções econômicas, sociais, políticas e culturais, orientando-se na integração da economia brasileira aos padrões internacionais definidos pelo capitalismo monopolista. Para isso, o Estado comprimiu o espaço político da sociedade civil, especialmente o de oposição.

Mudanças nas políticas salarial e sindical foram acompanhadas pelo arrocho salarial, aumento dos níveis de exploração do trabalho e perda de direitos historicamente conquistados, como os direitos de greve, de liberdade de organização, de estabilidade no emprego.